

O discursivo argumentativo em algumas novelas

de Manuel Teixeira-Gomes¹

Carla Teixeira

Breves apontamentos sobre a argumentação

A importância que a argumentação assume no presente na área da Linguística do Texto é uma recuperação do seu valor na Antiguidade, pois, indissociável da retórica, esta é, inicialmente, “uma «arte de convencer», ligada a situações concretas que representam exclusivamente a necessidade de persuadir um auditório” (Breton & Gauthier 2001: 18). Está associada à invenção grega da democracia e das suas instituições: o tribunal com júris populares numerosos onde escutam os litigantes, ou o ágora, a assembleia de cidadãos, que também “ouve os oradores, delibera e toma decisões respeitantes à cidade, os ajuntamentos onde se pronunciam os elogios, por exemplo fúnebres, que permitem exaltar e enriquecer os valores da cidade” (Breton & Gauthier 2001: 18). A este tempo pertencem os dois primeiros períodos da retórica judicial ou argumentativa, segundo Breton e Gauthier, os **períodos fundador**² e **de maturidade**³.

Depois, verifica-se progressivamente a separação entre a componente da argumentação retórica e a componente da argumentação mais “literária” da retórica, interessada nas figuras de estilo e modalidades de expressão: a componente argumentativa vê reduzida a sua importância, na medida proporcionalmente inversa ao êxito da demonstração e das

¹ Este estudo é baseado em excertos da tese de mestrado em Literatura Comparada aplicada à Linguística do Texto *A Construção Textual do Erotismo—Análise de Narrativas Literárias*, defendida em Fevereiro de 2005.

² O período fundador é contemporâneo dos sofistas, localizando-se de meados do século V a.C. a IV a.C., é o momento de reforço da democracia grega; são nestes 100 anos que foram escritos os primeiros manuais de retórica e do ensino dos logógrafos, cuja função era preparar exposições para os queixosos e acusados. O interesse daqueles que praticavam a argumentação retórica centrava-se nos enunciados e nas situações de comunicação da vida social, religiosa ou política da esfera pública ou privada. “O estatuto epistemológico destes enunciados é o de «verosímil» e não o da «verdade»” (Breton & Gauthier 2001: 18), o que constituía as grandes críticas de Sócrates e Aristóteles.

³ O período de maturidade é especialmente caracterizado pelo apogeu aristotélico, no qual se destaca a escrita de *Retórica*, de Aristóteles, de 329 a.C. a 323 a.C.; a obra irá influenciar a cultura da argumentação instituída durante a República e nos primeiros tempos do Império Romano através da sistematização, codificação e vulgarização das normas do seu discurso por oradores como Cícero e Quintiliano.

ciências exactas e experimentais, sucesso esse que conhece o seu apogeu com Descartes.

Historicamente, depois de Cícero, a soberania dos auditórios é transferida para o imperador, o que também promove a estética do discurso mais do que o seu carácter convincente. É o **período do declínio**, em finais do Império até meados do século XX, sendo, de acordo com os mesmos autores, este o momento do **período da renovação**: a retórica, na sua acepção da argumentação ou a “nova retórica”, assim designada pelo jurista e filósofo belga Chaïm Perelman em *Traité de l’argumentation: la rhétorique*; deste estudioso e de Lucie Olbrechts-Tyteca renasce a retórica em 1958, juntamente com a investigação anglo-saxónica de Stephen Toulmin, materializada em *The Uses of Argument*.

Hoje em dia, “retórica” é uma palavra polissémica, com sentido pejorativo em alguns contextos: se um discurso for apelidado de “retórico” o intuito é “anunciar o seu carácter superficial, artificial ou dissimulador” (Breton & Gauthier 2001: 15).

Tendo em consideração o percurso da retórica até aos nossos dias, esta hoje recupera o seu primeiro sentido enquanto discurso argumentativo construído em função de um fim, e ultrapassa-o, na medida em que se reconhece em qualquer momento de comunicação a difusão de uma tese, cuja complexidade dependerá das características do discurso em que se insere.

Ao considerar-se que a concepção de qualquer discurso tem um objectivo final, considera-se, igualmente, a necessidade de este ser um texto de relativa homogeneidade que tem em conta os conceitos (enunciados por van Dijk) de coesão (relações estabelecidas entre elementos)⁴ e coerência (boa formação textual)⁵. De um modo geral, pode associar-se as características macro-estruturais à coerência, e as características micro-estruturais à coesão. Num contexto de análise argumentativa, o objectivo poderá

⁴ Coutinho, citando Halliday e Hassan [Halliday, M.A.K. e Hasan, Ruqaiya ([1976] 1993¹²), *Cohesion in English*, Londres e Nova Iorque, Longman], afirma que a **coesão** descreve relações na superfície de um texto, e que existe “sempre que a interpretação de um elemento do discurso depende de outro” (Coutinho 2003: 156-7). Concretamente é “the formal linguistic realization of semantic and pragmatic relations between clauses and sentences in a text” (Cook 1994: 29), existindo usos particulares típicos de alguns textos literários, o que os distingue dos demais, como por exemplo, o paralelismo da rima ou do ritmo em poesia (Cook 1994: 29).

⁵ A **coerência**, tal como a coesão, é um mecanismo linguístico auto-regulador da produção discursiva; ou seja, a coerência refere-se a uma “condição de boa formação textual, não na perspectiva de uma gramaticalidade generativista alargada ao texto, mas enquanto princípio regulador da própria produção (...). Este ponto de vista assenta na convicção de que a coerência não constitui uma propriedade inerente dos discursos (ou dos textos): ela é-lhes atribuída, no acto de os produzir ou de os compreender, de acordo com uma atitude de cooperação.” (Coutinho 2003: 216-7)

então consistir em assinalar: em termos de coerência, uma intenção discursiva argumentativa global no(s) texto(s); e, conseqüentemente, para efeitos de coesão, a sua articulação entre argumentos e conclusões.

Por intenção argumentativa global entende-se a ideia ou objectivo final que o locutor pretende transmitir, que poderá ser explicitada no seu discurso, ou comunicada de modo mais ou menos disseminado, pois a argumentação é uma potencialidade intrínseca da língua.

Perspectivas de estudo da argumentação

Uma perspectiva de estudo da argumentação é a da *Argumentation Dans la Langue* de Ducrot, conjugada com um fenómeno anteriormente assinalado por Bakhtine, a **polifonia**⁶, e que tem por base o conceito musical referente à sobreposição de diferentes partituras, derivando, depois, para a literatura e, finalmente, para linguística.

Como termo linguístico, polifonia é a adaptação da teoria de Bakhtine à análise linguística de pequenos enunciados do discurso, pondo em causa o axioma da unicidade do sujeito falante, ou seja, uma única pessoa que fala por detrás de um enunciado. Ducrot acredita que “el autor de un enunciado no se expresa nunca directamente, sino que pone en escena en el mismo enunciado un cierto número de personajes. (...) el sentido del enunciado no es más que el resultado de las diferentes voces que allí aparecen” (Ducrot 1988: 16), e que estas vozes reflectem que “en un mismo enunciado hay presentes varios sujetos con status lingüísticos diferentes” (Ducrot 1988: 16).

⁶ A polifonia é inicialmente um termo musical que significa simultaneidade de sons, posteriormente utilizado como metáfora literária por Bakhtine para opor e caracterizar dois tipos de literatura: a literatura **dogmática** que expressa uma só voz ou autor ou várias personagens que são julgadas pelo autor (por exemplo, o leitor pode ler o que deve pensar sobre tal personagem); e a literatura **popular, polifónica** ou **carnavalesca**, onde existem várias personagens que se apresentam por si só, como as máscaras de Carnaval (por exemplo, as personagens não são julgadas pelo autor e o sentido global da obra resulta da confrontação destas personagens) (Ducrot 1988: 15).

Bakhtine entende a polifonia em função das noções de pluridiscursividade e dialogismo, dado que no universo diegético do romance polifónico, as personagens estabelecem relações interactivas entre si “que interdita tanto a hegemonia do narrador em relação a elas, como a concentração, numa personagem, de uma função de porta-voz ideológico, corporizando artificialmente a ideologia do autor e instituindo uma linha monológica de afirmações axiológicas “ (Reis 2000: 333). Deste modo, a personagem é uma categoria, em termos enunciativos, distinta do narrador, que possui uma “identidade ideológica própria” (Reis 2000: 333), o que se reflecte tanto no seu discurso, como na articulação de seu ponto de vista relativamente ao de outras personagens ou narrador.

Desta forma, Ducrot define três categorias de pessoas ou funções que falam num enunciado: o **sujeito falante**: o ser empírico, real, o autor (portanto, exterior à produção linguística, e como tal, a sua identificação, não sendo um problema desta ordem, não é relevante do ponto de vista linguístico) (Ducrot 1988: 16-17); o **locutor**: aquele que fala no texto e a quem se atribui a responsabilidade enunciativa; é uma entidade inerente ao cotexto linguístico (num contexto ficcional, poderá ser o narrador ou as personagens, alguém que revela pontos de vista ou dá entrada e saída às mesmas) (Ducrot 1988: 17-19); e o(s) **enunciador(es)**: é (são) o(s) ponto(s) de vista abstracto(s) apresentado(s) e que pode(m) ser identificado(s) com o do locutor (Ducrot 1988: 19-20)⁷.

Na mesma linha de pensamento segue Grize, para quem é possível “concevoir l’argumentation d’un point de vue plus large [que não restrito a uma situação jurídica] comme une démarche qui vise à intervenir sur l’opinion, l’attitude, voire le comportement de quelqu’un” (Grize 1990: 40); por isso, na opinião deste autor, o leitor-espectador é também actor, na medida em que se pode distinguir três momentos da sua actividade: **receber** (a disposição de reconstruir a esquematização de quem produziu o enunciado, e ter condições reais de o fazer), **concordar** (não ter objecções a apresentar à esquematização), e **aderir** (assimilar a esquematização do Outro).

Os enunciadores são parcelas do locutor, perfazendo-o na sua totalidade. Ou, como afirma Jean-Blaise Grize, são imagens de quem fala, pois a partir do discurso de um emissor-A, é possível inferir a imagem que A pensa que o seu receptor-B tem de si próprio, e que pode, ou não, ser (re)construída por B no momento de descodificação do discurso. Somos, então, B que reconhece as imagens projectadas de A, no momento da descodificação e análise do texto.

Note-se, então, que qualquer enunciado apela ao discurso do próprio locutor, mas também a pontos de vista ou perspectivas de outros sobre o tema ou assunto em

⁷ Por isso, no enunciado *O Pedro não veio* distingue-se: o locutor, como sendo aquele que fala; o enunciador 1, responsável pelo ponto de vista segundo o qual o Pedro viria; o enunciador 2, responsável pelo ponto de vista segundo o qual o Pedro não veio (coincidente com o locutor), já que o enunciador 2 pode querer criticar o enunciador 1 por tê-lo feito crer que o Pedro viria⁷; assim “el hecho de presentar un enunciador, aun si se critica su punto de vista, pues puede tener significación” (Ducrot 1988: 29). Em suma, Ducrot afirma que o locutor mascara (mesmo que inconscientemente) o seu discurso, que reflecte outros discursos, ainda que não sejam da sua autoria.

questão⁸. A noção do Outro é, assim, duplamente redimensionada: não só este está sempre presente, no sentido de que se fala sempre para alguém, como o seu ponto de vista de vista e de outros está incorporado no discurso do locutor.

A teoria polifónica da enunciação de Ducrot está associada a uma perspectiva de argumentação na língua, na medida em que “plantea que las argumentaciones realizadas en el discurso están determinadas por las frases de la lengua y que esta argumentación es independiente, al menos parcialmente, de los hechos expresados en los enunciados.” (Ducrot 1988: 82)

Ou seja, apesar do significado do enunciado dar indicações sobre qual a conclusão (o mesmo é dizer “que ejerce una especie de coacción para imponer lo que debe ser la conclusión” [Ducrot 1988: 82] ou uma intenção argumentativa global), o sentido de um enunciado consiste na descodificação dos pontos de vista (ou possíveis enunciadore) e nas origens dos mesmos (Ducrot 1988: 65-66), que compõem o potencial argumentativo do enunciado, sendo que as conclusões daí retiradas podem ser implícitas e assumidas ou não pelo enunciador (Ducrot 1988: 100-101)⁹.

Deixando de lado a função argumentativa inerente a unidades lexicais demonstrada por Ducrot, o estudo da argumentação tem-se centrado em aspectos de coesão, nomeadamente sobre a função dos advérbios, conjunções e locuções conjuntivas que “jouent un rôle de connexion entre unités du discours” (Adam 2002: 126), considerando Adam que a intenção argumentativa de um discurso poderá também depender do uso destas palavras, dividindo os diferentes tipos de conectores¹⁰ de acordo com a sua

⁸ “Todo enunciado presenta un cierto número de puntos de vista relativos a las situaciones de las que se habla” (Ducrot 1988: 19).

⁹ No entanto, “decir que un enunciado contiene un acto de argumentación equivale a decir el locutor del enunciado se identifica con un valor que argumenta, pero el enunciado puede tener un valor argumentativo⁹ aun si el locutor no se identifica con un enunciadore que argumenta.” (Ducrot 1988: 82) Esta afirmação descreve a relação que Ducrot estabelece entre a argumentação e a poesia, visto que, na sua opinião, a argumentação é totalmente contrária à poesia, pois esta é “un esfuerzo por expresar puntos de vista personales presentados como personales” (Ducrot 1988: 103). A figura do sujeito lírico pretende, assim, apresentar sentimentos como se de únicos se tratassem, ao contrário do argumentador que procura falar do como se reproduzisse uma crença de todos (Ducrot 1988: 103). Os comentários de Ducrot não impedem o facto das pretensões do poeta (ou ficcionista) e do argumentador serem argumentativas na tentativa de manipular quem os escuta ou lê na presunção da sua sinceridade, tal como todos os locutores de qualquer enunciado, independentemente da sua roda discursiva.

¹⁰ “La notion de **connecteur** élargit la notion traditionnelle de **coordonant** en regroupant des termes appartenant à diverses catégories grammaticales, conjonctions de coordination, conjonctions et locutions conjonctives de subordination, adverbes. Leur analyse met l’accent sur la **fonction** commune à cette

função: os conectores que estabelecem uma simples função de conexão, os conectores que marcam enunciativamente o discurso, e os conectores argumentativos.

Os **conectores que estabelecem uma simples função de conexão** são igualmente chamados de **organizadores**, pois “jouent un rôle important dans le balisage des plans de texte” (Adam 2002: 126), estabelecendo uma conexão simples, entendida como segmentar e religar. Visto que “ordonnent les éléments de la représentation discursive sur les deux axes majeurs du temps et de l’espace” (Adam 2002: 126), podem subdividir-se em organizadores espaciais (ex.: *à esquerda, à direita, à frente, atrás, um ao lado do outro...*), organizadores temporais (ex.: *então, de seguida, [e] depois, a véspera, agora...*), e ainda em organizadores enumerativos que segmentam e ordenam o discurso (ex.: *e, ou, também, primeiro, por último...*) (Adam 2002: 126).

O segundo tipo de conectores, também designados **conectores de reformulação que reflectem uma retoma metalinguística** (ex.: *quer dizer, dito de outra forma, em uma palavra...*), podem associar a essa retoma metalinguística uma marca comparável àquela dos marcadores de integração linear conclusivos (ex.: *em suma, finalmente, em conclusão...*). (Adam 2002: 216).

Por fim, os **conectores argumentativos**¹¹ reúnem as funções de segmentação dos enunciados e de responsabilidade enunciativa:

Ils orientent argumentativement la chaîne verbale en déclenchant un retraitement d’un contenu propositionnel comme un argument, soit comme une conclusion, soit comme un argument chargé d’étayer ou de renforcer une inférence ou encore comme un contre-argument. (Adam 2002: 127-128)

O autor considera que desta última categoria fazem parte os organizadores argumentativos e concessivos (ex.: *mas, no entanto...*); os introdutores de explicação e de justificação (ex.: *porque, visto que...*), o *se* hipotético, e os simples marcadores de um argumento (ex.: *mesmo, não somente...*). (Adam 2002: 127-128)

classe de mots, la connexion qu’ils établissent entre le contexte linguistique gauche de l’énoncé auquel ils sont attachés et cet énoncé lui-même.” (Adam 2002: 128)

¹¹ Embora somente estes últimos conectores sejam denominados explicitamente de argumentativos, é de ter em conta a teoria na qual se inserem; deste modo, dado que para Ducrot o léxico é marcado argumentativamente, em última análise, todos os conectores também o são, podendo uns possuírem uma maior orientação argumentativa intrínseca.

Análise de textos

Pela sua natureza reflexiva, como excelentes exemplos de produção de enunciados premeditados, serão objecto de análise textos do domínio discursivo literário: exemplos de «A Cigana» e «Margareta», da colecção *Novelas Eróticas*, de Manuel Teixeira-Gomes.

Nos exemplos, o(s) locutor(es) (aqui entendido segundo Ducrot (Ducrot 1988: 16), apresenta(m) alguma homogeneidade de texto para texto, que deverá(ão) ser categorizado como personagem complexa, principalmente considerando o conjunto das novelas: uma personagem que mascara a vaidade pessoal de se ter relacionado com algumas belas mulheres, e de cujo término de relação se descompromete, ao atribuir a responsabilidade a terceiros, amplificando o efeito narcisista, na medida em que se considera especial pelas experiências vividas.

Recorde-se que Ducrot defende que a tentativa de convencer o Outro é uma capacidade intrínseca da língua, bem como a característica de algumas palavras possuírem um conteúdo argumentativo inerente, os conectores. A teoria polifónica da enunciação parte do conceito de polifonia discursiva de Ducrot, que considera a presença de diferentes sujeitos com estatutos linguísticos distintos num enunciado, representando pontos de vista diferentes partilhados por um locutor¹².

«A Cigana», uma novela composta por uma carta que antecede a narrativa propriamente dita (os envolvimentos românticos do locutor com três jovens na Andaluzia), pode ser analisada de acordo com os princípios enunciados por Ducrot, sendo distinguíveis as seguintes vozes: do **autor empírico**, aquele cujo nome figura na capa, Manuel Teixeira-Gomes, personagem de carne e osso, e que escreve uma carta (ou que escreve uma narrativa) para António Patrício, personagem também real; do **locutor**, aquele que fala no Presente do Indicativo e revela as suas experiências passadas a um destinatário; e

¹² “... arredado de cena o sujeito empírico, interessa analisar a forma como o enunciado apresenta o(s) autor(es) da enunciação — substituindo-se ao pressuposto da unicidade do sujeito da enunciação uma estrutura polifónica que (para além do *sujeito falante*, como ser empírico), envolve *locutor* (responsável pela enunciação) e *enunciador(es)* (que correspondem a vozes, pontos de vista, que se fazem ouvir no enunciado)”. (Coutinho 2003: 27).

ainda de **enunciadores diversos**, como por exemplo, os ecos de uma personagem amiga do locutor chamada Pepe Cuadrado.

Tendo em conta alguns dos enunciados de «A Cigana», podemos constatar que no enunciado “Os meus amigos, a fina flor da estúrdia sevilhana, já troçam da minha indecisão.” (Teixeira-Gomes: 61) subsistem vozes de diferentes origens: para além do locutor (que coincide com a figura de um enunciador), existe um enunciador que corresponde a quem fala na parte do enunciado considerada sintacticamente o aposto, que especifica quem são os amigos do locutor e representa o discurso de uma consciência cívica e moral sevilhana (“a fina flor da estúrdia sevilhana”); é apresentado também um terceiro enunciador que constata o eco dos discursos gozadores dos amigos do locutor condensados numa só frase (“já troçam da minha indecisão”).

Um outro exemplo onde existem mais de dois locutores diferentes é “Esa mujer – observa ele – no pasa de una vulgar criminal. Goza con tus sufrimientos.” (Teixeira-Gomes: 61), divisível num primeiro enunciado da autoria do locutor, “observa ele”, e num conjunto de outros enunciados “-Esa mujer no pasa de una vulgar criminal. Goza con tus sufrimientos”.

Este último tem como locutor Pepe Cuadrado¹³ e diversos enunciadores cuja identificação é mais complexa que os enunciados anteriores: um primeiro enunciador que corresponde àquele que reproduz a expressão “criminoso vulgar” utilizada para descrever aqueles que tenham cometido algum acto ilícito de pequena monta; um segundo que reflecte o uso da mesma expressão utilizada normalmente para “criminosos de segunda”¹⁴ associada a pessoas de má índole e que, por isso, deveriam receber qualquer tipo de castigo como os delinquentes; um outro enunciador que utiliza a expressão “criminoso vulgar” no campo amoroso para quem não respeita os sentimentos do outro, devendo também ser castigado; e por fim, um quarto enunciador que faz o mesmo uso da expressão que o terceiro enunciador, mas que também lhe atribui um

¹³ O próprio nome da personagem é passível de estudo: o diminutivo do nome José é eco, não só do carinho dos que assim o tratam, mas de todos os “José’s”; o outro nome também revela afecto: “Cuadrado” é uma provável alusão ao seu físico exagerado.

¹⁴ Também a expressão “criminosos de segunda” é complexa: há um primeiro enunciador que distingue produtos/artigos de primeira ou muito boa qualidade, por oposição a outros de segunda ou de qualidade; um segundo enunciador que aplica as mesmas expressões a pessoas; finalmente, um terceiro que a utiliza contextualmente.

contexto, visto que se refere à noiva do amigo, e que acrescenta que esta não o respeita, partilhando a responsabilidade de também ser o locutor destes enunciados e contribuindo para a formação de auréola de simpatia em torno do amigo, apresentando-o com uma atitude subserviente perante a noiva.

Desta forma, é possível perceber que em «A Cigana» existe um locutor que relata um acontecimento, e que ao reproduzir em discurso directo ou no seu próprio discurso o que outras personagens e outras vozes disseram parece crer tornar a história mais verosímil ou credível, mais fácil de lhe ser atribuível crédito por quem leia o discurso do locutor, na medida em que existem várias vozes que expressam ideias como as suas, tratando-se também de uma partilha da responsabilidade enunciativa, como é o caso de alguns discursos de Pepe Cuadrado sugerindo um castigo para a noiva do amigo (telepatia do que Cigana havia dito na noite anterior, quando se relacionava com o locutor, levando a noiva a ter uma síncope), o que contribui para uma leitura final dos acontecimentos.

Depende, então, do leitor deixar-se seduzir pela argumentação do seu locutor: ou ingénuo, acredita nas suas palavras e não valoriza o desenlace inverosímil: o ataque da noite provocado pela telepatia da noite anterior. Portanto, no caso de «A Cigana», de acordo com Grize, ou recebe, concorda e adere ao relato; ou alerta da intenção persuasiva inerente a toda a produção linguística, põe em causa o contrato implícito entre o locutor e o seu interlocutor, e recebe, mas não concorda nem adere ao discurso do Outro.

Admitindo-se que num texto literário se manifeste a intenção de convencer o leitor da conclusão a que deve chegar ou aderir, esse objectivo poderá ser dissimulado ao longo do texto; no entanto, tendo em conta que o final da narrativa é a última oportunidade para persuadir o leitor do ponto de vista do locutor, tomar-se-á em conta alguns dos parágrafos finais.

Em «Margareta», quer-se fazer crer que o Destino interveio e não quis que o locutor e Margareta se reencontrassem, pois o este tinha-se demorado em várias cidades no seu caminho até ao local combinado. Este facto, juntamente com a parecença física constantemente notada pela comitiva da jovem com alguém que prejudicaria o seu pai

nos negócios, deverá ser contabilizado como mais uma adversidade (Teixeira-Gomes: 89). Apesar de se isentar de qualquer responsabilidade em relação aos acontecimentos, a lembrança de Margareta no presente, marcada pelo marcador temporal “ainda hoje”, é agri-doce, e precursora da frase contraditória na qual o locutor afirma, apesar de não ter qualquer tipo de culpa (repare-se na expressão “sem culpa alguma” destacada entre vírgulas), recordar-se de Margareta com remorso.

Ainda lhe escrevi mas as cartas voltaram-me recambiadas por insuficiência de endereço.

Esperaria ela que eu a fosse buscar à América? Isso era, precisamente, o que teria feito... se pudesse.

Pobre Margareta! e pobre de mim, que, sem culpa alguma, ainda hoje a sua lembrança me atormenta como um remorso... (Teixeira-Gomes: 89)

Atente-se no uso do conector organizador “mas” (opõe dois argumentos orientados para conclusões diferentes, enfatizando a segunda), iniciando a frase na qual o locutor se isenta de toda e eventual culpa por não se ter dado o reencontro, apesar de ele ter tentado reatar a comunicação entre ambos através do expediente ao seu alcance. A hipótese de procurá-la na sua terra é assim descartada, por falta de meios próprios, resumida na expressão pronominal anafórica “isso” e enfatizada pelo advérbio de modo “precisamente”, que confirma o ponto de vista enunciativo do locutor, ou seja, a acção que teria sido empreendida caso tivesse disponibilidade para tal.

Conclusão

No início, foi assinalado o facto da argumentação ter sido primeiramente encarada como um fenómeno exclusivamente retórico. Hoje é objecto de estudo dos pontos de vista discursivo e linguístico através, por exemplo, da análise da intenção do locutor, obediente aos princípios da boa coerência textual, alicerçada na escolha lexical em geral, e dos conectores em particular, para além de atribuir um papel activo a todos os enunciadores discursivos e ao próprio leitor na descodificação do conteúdo.

Ducrot e a sua teoria *Argumentation dans la Langue* (a argumentação no seu sentido lato), na qual a tentativa de convencer o Outro é uma capacidade intrínseca da língua, bem como a característica de algumas palavras possuírem um conteúdo argumentativo intrínseco, os conectores, são exemplos de enquadramentos teóricos de estudo, tal como

Grize que não restringe a argumentação a situações jurídicas, concebe-a como “une démarche qui vise à intervenir sur l’opinion, l’attitude, voire le comportement de quelqu’un” (Grize 1990: 40); por isso, na opinião deste autor, o leitor-espectador é também actor, na medida em que se pode distinguir três momentos da sua actividade: **receber** (a disposição de reconstruir a esquematização de quem produziu o enunciado, e ter condições reais para o fazer), **concordar** (não ter objecções a apresentar à esquematização), e **aderir** (assimilar a esquematização do Outro).

A tese argumentativa defendida implicitamente pelo locutor destes exemplos foi a de que outrora se relacionou acidentalmente com mulheres belíssimas cujo desfecho de relação tem sempre algo de curioso, e do qual se demarca em termos de responsabilidade. A sua desresponsabilização pode ser disseminada pela interferência de outras personagens, seja através da presença do Destino sugerida na narrativa, pelo encaixe subtil do discurso de outrem ou visível através do desdobramento de vários enunciadores de acordo com a polifonia discursiva, o que permite estabelecer um padrão narrativo ou assinalar a composição de uma estratégia argumentativa.

Em suma, tendo por objecto os exemplos em estudo neste trabalho, esta apresentação dedicou-se a abordar a temática da argumentação como elemento intrínseco ao discurso humano.

Referências bibliográficas

Adam, J.-M. (2002) « Connecteur » *in* Charaudeau & Maingueneau 2002: 125-130.

Baktine, Mikhail (1984) *Esthétique de la Création Verbale*, Paris: Gallimard.

Breton & Gauthier (2001) *História das Teorias da Argumentação*, Lisboa: Bizâncio.

Cook, Guy (1994) *Discourse and Literature*, Oxford Applied Linguistics: Oxford Unity Press.

Coutinho, Antónia (2003) *Textos e Competência Textual*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e Tecnologia, Col. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas.

Van Dijk, Teun (1989) *La Ciencia del Texto. Un Enfoque Interdisciplinario*, Barcelona: Ediciones Paidós.

Van Dijk, Teun (1981) « Estruturas e Funções » in *Teoria da Literatura*, Varga, A. Kibédi, (eds.), *Teoria da Literatura*, (tradução de Tereza Coelho), Lisboa :Editorial Presença.

Ducrot, Oswald (1988) *Polifonía y Argumentación — Conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso*, Cali, Universidad del Valli, (tradução do francês para espanhol de Ana Beatriz Campo e Emma Rodríguez).

Ducrot, Oswald & Schaffer, Jean-Marie (1995) *Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage*, Paris: Seuil.

Grize, Jean-Blaise (1990) *Logique et Langage*, Paris: Ophrys.

Plett, Heinrich F. (1981) «Retórica e Estilística» in Varga, A. Kibédi (eds.), *Teoria da Literatura*, (tradução de Tereza Coelho), Lisboa: Editorial Presença, pp. 97-131.

Reis, Carlos & Lopes, Ana Cristina (2000) *Dicionário de Narratologia*, Coimbra: Almedina, 7ª ed.

Teixeira-Gomes, Manuel (1989) *Novelas Eróticas*, Lisboa: Bertrand Editora, 3ª ed.